

Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis	8



**Building a better
working world**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos acionistas e Administradores da
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

TUCANO F8 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.379	29
Investimentos de curto prazo	3	21.471	29.539
Contas a receber de clientes		2.622	315
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		764	407
Outros tributos a recuperar		-	433
Outros ativos	4	9.763	22.957
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		36.999	53.680
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Cauções e depósitos vinculados		2.755	2.483
Imobilizado, líquido	5	232.102	193.554
Intangível, líquido		352	3.583
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		235.209	199.620
TOTAL DO ATIVO		272.208	253.300
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	6	5.678	1.500
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7	3.422	832
Imposto de renda e contribuição social a pagar		260	55
Dividendos a pagar		8.331	8.413
Contas a pagar a partes relacionadas	8	33	143
Passivo de arrendamento		48	-
Outros tributos a pagar		116	69
Outras obrigações		-	2.863
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		17.888	13.875
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7	114.641	101.372
Contas a pagar a partes relacionadas	8	1.744	2.115
Passivo de arrendamento		5.487	4.500
Tributos diferidos		381	717
Outras obrigações		2.766	898
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		125.019	109.602
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social subscrito e integralizado		119.207	120.524
Reserva de lucros		10.094	9.299
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	129.301	129.823
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		272.208	253.300

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO F8 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	10	42.603	22.435
Custo de produção e operação de energia	11	(16.968)	(3.044)
LUCRO BRUTO		25.635	19.391
Gerais e administrativas		(98)	(226)
Outras (despesas) receitas operacionais	12	(1.042)	1
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(1.140)	(225)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		24.495	19.166
Receitas financeiras		4.320	3.312
Despesas financeiras		(8.072)	(3.333)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	13	(3.752)	(21)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		20.743	19.145
Imposto de renda e contribuição social correntes		(3.539)	(414)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		335	(716)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	14	(3.204)	(1.130)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		17.539	18.015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TUCANO F8 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	17.539	18.015
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	17.539	18.015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TUCANO F8 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Capital social integralizado	Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva Legal	Reserva de Investimentos		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		101.081	(20.792)	-	-	(303)	79.986
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	18.015	18.015
Aumento de capital		19.443	-	-	-	-	19.443
Integralização de capital		-	20.792	-	-	-	20.792
Constituição de Reserva legal		-	-	886	-	(886)	-
Constituição de Reserva de investimentos		-	-	-	8.413	(8.413)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(8.413)	(8.413)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	9	120.524	-	886	8.413	-	129.823
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	17.539	17.539
Aumento de capital subscrito		8.637	-	-	-	-	8.637
Redução de capital		(9.954)	-	-	-	-	(9.954)
Constituição de reserva legal		-	-	877	-	(877)	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	-	8.331	(8.331)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(8.331)	(8.331)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	(8.413)	-	(8.413)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9	119.207	-	1.763	8.331	-	129.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO F8 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	2023	2022
Atividades operacionais:		
Lucro Líquido do exercício	17.539	18.015
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	11 7.052	642
Juros sobre arrendamento	13 (151)	428
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	13 (324)	(165)
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	13 (3.961)	(2.659)
Encargos de dívidas, líquido de juros capitalizados	13 7.834	3.614
Amortização do custo de transação	13 49	35
Tributos e contribuições sociais diferidos	(335)	-
	27.703	19.910
Variação de ativos e passivos operacionais	7.562	(16.898)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	4.565	789
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3.286)	(459)
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	7 (2.121)	-
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	7.581	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	42.004	3.342
Atividades de investimentos:		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	5 (40.073)	(111.768)
Aplicações/Resgates em investimentos de curto prazo	-	(28.050)
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	52	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(40.021)	(139.818)
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	7 11.057	99.512
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	7 -	(957)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	7 (960)	-
Dividendos pagos	(8.413)	-
Aumento (redução) de capital social	9 (1.317)	40.235
Aplicações/resgates de cauções e depósitos vinculados de garantias de pagamentos, líquido	-	(2.318)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	367	136.472
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.350	(4)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	29	33
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.379	29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A. (“Companhia”), situada na Fazenda Conga, s/nº, na cidade de Tucano, com sede na Fazenda Conga, Estado da Bahia, foi constituída em 30 de dezembro de 2019, e tem por objeto social a geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, destinada a comercialização na modalidade de produção independente de energia; e para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos e prestação de serviços de consultoria.

A Companhia é controlada diretamente pela Tucano Holdings III S.A. e indiretamente pela AES Tucano Holding I S.A., pela AES Brasil Energia S.A (“AES Brasil”) e pela *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Parque Gerador	Contrato	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm (i)
Tucano F8	ACL	REA 8823/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	8	49,6	21,7

(i) A garantia física divulgada foi homologada pela ANEEL.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 23 de abril de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção

das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos contábeis ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes e, quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica "Investimentos e curto prazo".

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa		
Numerário disponível	297	29
Operação compromissada	2.082	-
Subtotal	2.379	29
Investimentos de curto prazo		
CDB-DI	21.471	29.539
Total	21.471	29.539
Total	23.850	29.568

Em 31 de dezembro de 2023, os investimentos de curto prazo estão representados por operações compromissadas e CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 100,37% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,88% em 31 de dezembro de 2022).

4 OUTROS ATIVOS

	2023	2022
Circulante		
Multas por atrasos (i)	9.757	22.956
Partes relacionadas	6	-
Outros	-	1
Total	9.763	22.957

(i) Referem-se a multas previstas no contrato de fornecimento de turbinas e equipamentos. O contrato estabelece penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo lucro cessante. No exercício de 2023, foram compensados R\$ 26.762 contra fornecedores, conforme previsto em contrato.

5 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A desmobilização é provisionada quando da conclusão da obra e confirmada a obrigação presente. Consiste no registro contábil do passivo não circulante em contrapartida ao imobilizado, com valores que correspondem à expectativa de desembolso futuro para desmantelamento, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo dos Complexos eólicos. A provisão para desmantelamento será efetuada com base na estimativa desses custos apontados por uma consultoria externa, projetado até o fim da vida útil do parque e, nesse mesmo instante, será definida a taxa de desconto a ser utilizada.

(a) **A composição do ativo imobilizado é a seguinte:**

	2023			2022
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,81%	27.532	(1.190)	26.342
Máquinas e equipamentos	3,81%	208.508	(6.383)	202.125
Imobilizado em serviço		236.040	(7.573)	228.467
Imobilizado em curso (i)		-	-	177.652
Bens vinculados às concessão e autorizações		236.040	(7.573)	190.688
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	3,33%	4.087	(452)	3.635
Total Imobilizado		240.127	(8.025)	193.554

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por gastos com o início da construção do Complexo Eólico Tucano, principalmente relacionados com o contrato firmado para o fornecimento das turbinas eólicas, bem como com obras civis e elétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(ii) A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 30 anos e depreciados a uma taxa média de 3,33%.

Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor.

(b) **Movimentação do ativo imobilizado**

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Provisão para custos sócio ambientais e desmantelamento	Transferências / Reclassificações (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	6.672	-	-	-	20.860	27.532
Máquinas e equipamentos	6.929	-	-	2.251	199.328	208.508
Imobilizado em serviço	13.601	-	-	2.251	220.188	236.040
Imobilizado em curso	177.652	40.073	-	-	(217.725)	-
Bens vinculados às concessão e autorizações	191.253	40.073	-	2.251	2.463	236.040
Direito de uso de terreno arrendado	3.212	-	875	-	-	4.087
Subtotal	194.465	40.073	875	2.251	2.463	240.127
Depreciação / Amortização arrendamento	(911)	(7.122)	-	-	8	(8.025)
Total Imobilizado	193.554	32.951	875	2.251	2.471	232.102

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Remensuração	Transferências / Reclassificações	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.261	-	-	1.411	6.672
Máquinas e equipamentos	6.574	-	-	355	6.929
Imobilizado em serviço	11.835	-	-	1.766	13.601
Imobilizado em curso	68.567	110.850	-	(1.765)	177.652
Bens vinculados às concessão e autorizações	80.402	110.850	-	1	191.253
Direito de uso de terreno arrendado	3.755	-	(543)	-	3.212
Subtotal	84.157	110.850	(543)	1	194.465
Depreciação / Amortização arrendamento	(268)	(642)	-	(1)	(911)
Total Imobilizado	83.889	110.208	(543)	-	193.554

- (i) Refere-se as transferências do intangível para o imobilizado.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares, ou em preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou indicadores de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

6 FORNECEDORES

	2023	2022
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	238	240
Materiais e Serviços	5.223	1.189
Materiais e Serviços - partes relacionadas	-	70
Energia elétrica comprada para revenda	216	-
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	-	1
Total	5.678	1.500

7 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2023									
	Vencimento	Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
		Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	
BNB	2045	3.167	308	(53)	3.422	106.459	9.002	(820)	114.641	118.063

	2022									
	Vencimento	Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
		Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	
BNB	2045	850	31	(49)	832	98.662	3.583	(873)	101.372	102.204

A movimentação da dívida é como segue:

	Financiamentos
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-
Ingressos	99.512
Encargos financeiros	3.614
Diferimento de custos de transação	(957)
Amortização dos custos de transação	35
Saldos em 31 de dezembro de 2022	102.204
Ingressos	11.057
Encargos financeiros	7.834
Pagamento de principal	(960)
Pagamento de encargos financeiros	(2.121)
Amortização dos custos de transação	49
Saldos em 31 de dezembro de 2023	118.063

7.1 Vencimentos das parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e custos de transação atualmente classificadas no passivo não circulante

	Empréstimos	Encargos	Custos de transação	Total
2025	4.559	385	(55)	4.889
2026	4.893	414	(55)	5.252
2027	5.375	454	(55)	5.774
2028	5.322	450	(55)	5.717
2029	4.898	414	(54)	5.258
Após 2030	81.412	6.885	(546)	87.751
Total	106.459	9.002	(820)	114.641

7.2 Compromissos financeiros – “Covenants”

Objetivo	Covenant
Índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social, sendo a primeira apuração realizada com base nas demonstrações contábeis da Emissora referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.	ICSD: $\geq 1,2x$

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

7.3 Característica da dívida

Descrição	Valor ingresso	Data da emissão	Taxa contratual	Pagamento de juros	Sistema de amortização do principal	Montante	Vencimento	Finalidade
Financiamento - BNB	109.626	Fev/2022	IPCA + 2,26%	Mensal	Mensal	118.063	Set/2045	Financiamento do Projeto Eólico Tucano

Os saldos devedores corrigidos monetariamente pelo IPCA em uma base diária são incorporados ao saldo de principal da dívida.

8 PARTES RELACIONADAS

	2023	2022
Ativo		
Outros ativos		
Estoque sobressalente - Tucano F1	6	-
Subtotal circulante	6	-
Total do ativo	6	-
Passivo		
Fornecedores		
Energia elétrica comprada para revenda - AES Operações	27	1
Subtotal	27	1
Dividendos a pagar		
Dividendos a pagar - TH3	8.331	-
Subtotal	8.331	-
Outas obrigações		
Condomínio - TH1	6	143
Contas a pagar O&M - AES Operações (i)	-	70
Subtotal	6	213
Subtotal circulante	8.364	214
Outas obrigações		
Contas a pagar O&M - AES Operações (i)	1.744	2.115
Subtotal	1.744	2.115
Subtotal não circulante	1.744	2.115
Total do passivo	10.108	2.329
Total do passivo + PL	10.108	2.329
Resultado (Receita líquida)		
Venda de energia - Tucano F6	142	-
Venda de energia - Unipar Cabocloro	30.338	-
Subtotal	30.480	-
Resultado (Custo de produção e operações de energia)		
Outros custos de vendas - AES comercializadora	(442)	-
Subtotal	(442)	-
Resultado (Outras (despesas) receitas operacionais)		
Outras despesas O&M - AES Operações (i)	(1.025)	-
Subtotal	(1.025)	-
Total do resultado	29.013	-

- (i) Em 03 de setembro de 2020, a “AES Operações” (controladora indireta) celebrou um contrato de prestação de serviço e gestão administrativa e operacional de projetos eólicos com a Companhia, onde será responsável pela prestação do serviço durante 10 anos, com a possibilidade de renovação por mais 10 anos.

9 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$119.207 (R\$120.524 em 31 de dezembro de 2022), composto por 119.207.038 (120.523.818 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2023, o quadro acionário da Companhia é composto como segue:

	2023	2022
	Ordinárias	Ordinárias
	Quantidade	Quantidade
Acionistas		
Tucano Holding III	119.207	120.524
Total das ações ordinárias	119.207	120.524

Aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2023, foi realizada a assembleia geral extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 8.638, dividido em 8.637.741 ações representativas do Capital Social. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174. Assim, o capital social subscrito e integralizado da Companhia passou a ser de R\$119.207, composto por 119.207.038 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal.

Redução de capital

Em 04 de julho de 2023, foi realizada a assembleia geral extraordinária para tratar sobre a redução de capital no montante de R\$9.954, mediante a restituição de capital à acionista Tucano Holding III S.A. em moeda corrente, e o cancelamento de 9.954.492 ações ordinárias nominativas. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174. Assim, o capital da Companhia passou a ser de R\$124.343, dividido em 124.342.685 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal.

9.2 Reserva de Lucros

(a) Reserva Legal

Em 31 de dezembro de 2023, de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia constituiu uma reserva legal de R\$877 através da transferência de 5% do lucro líquido anual, apurado nos seus livros societários. Foram preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social.

(b) Reserva de Investimento

Para atender à projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Essa retenção deverá ser justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral em 31 de dezembro de 2023. A Companhia constituiu R\$8.331 a título de reserva de investimentos. Sobre este valor, cabe a deliberação da Assembleia Geral ou pelo órgão competente para a deliberação, podendo ser utilizado para investimentos ou mesmo para distribuição de dividendos adicionais.

9.3 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 50% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia distribuiu dividendos no montante de R\$8.331.

Em 04 de setembro de 2023, foi efetuado o pagamento de dividendos adicionais propostos, no montante de R\$8.413, referente ao resultado apurado no ano de 2022.

10 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

A tabela a seguir apresenta a receita operacional líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	2023	2022
Mercado de curto prazo	1.095	331
Partes relacionadas (i)	30.480	-
Lucro cessante (ii)	12.624	22.956
Receita operacional bruta	44.199	23.287
(-) PIS e COFINS	(1.596)	(850)
(-) ICMS	-	(2)
Receita operacional líquida	42.603	22.435

(i) Vide detalhes na nota explicativa N°8.

(ii) Referem-se a multas previstas no contrato de fornecimento de turbinas e equipamentos. O contrato estabelece penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo lucro cessante.

11 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2023	2022
Custo da produção de energia elétrica		
Contratos bilaterais	(2.478)	-
Contratos com partes relacionadas	(442)	-
Mercado de curto prazo	(4.087)	-
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(2.841)	(2.378)
Taxa de fiscalização ANEEL	(8)	-
Subtotal	(9.856)	(2.378)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(52)	(24)
Depreciação e amortização	(7.052)	(642)
Outros custos operacionais	(8)	-
Subtotal	(7.112)	(666)
Total	(16.968)	(3.044)

12 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2023	2022
Seguros	(16)	(18)
Contribuições setoriais	(1)	-
Operação e manutenção O&M (i)	(1.025)	-
Outros	-	19
Total	(1.042)	1

- (i) Em 03 de setembro de 2020, a AES Brasil Operações S.A. (coligada indireta) celebrou um contrato de prestação de serviço e gestão administrativa e operacional de projetos eólicos com a Companhia, onde será responsável pela prestação do serviço durante 10 anos, com a possibilidade de renovação por mais 10 anos.

13 RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	3.961	2.659
Variações monetárias	324	653
Outras receitas financeiras	35	-
Subtotal	4.320	3.312
Despesas financeiras		
Encargos financeiros de dívidas	(7.274)	(3.649)
Variações monetárias	(609)	-
Juros sobre passivo de arrendamento	(151)	-
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso	-	341
Tarifas e encargos bancários	(6)	(5)
IOF	-	(8)
Outras despesas financeiras	(32)	(12)
Subtotal	(8.072)	(3.333)
Total Líquido	(3.752)	(21)

14 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023, a apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia foi realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

No regime de tributação pelo lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	2023	
	IRPJ	CSLL
IRPJ/CSLL		
Receita operacional tributável	54.614	54.614
Alíquota lucro presumido	8%	12%
Receita presumida	4.369	6.554
Outras receitas	5.531	5.531
Base de cálculo	9.900	12.085
Alíquota:	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(1.485)	(1.088)
Adicional (10%)	(966)	-
IRPJ e CSLL corrente	(2.451)	(1.088)
IRPJ e CSLL diferido	217	118
Total tributos no resultado	(2.234)	(970)

	2022	
	IRPJ	CSLL
IRPJ/CSLL		
Receita operacional tributável	16	16
Alíquota lucro presumido	8%	12%
Receita presumida	1	2
Outras receitas	1.288	1.288
Base de cálculo	1.289	1.290
Alíquota:	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(193)	(116)
Adicional (10%)	(105)	-
IRPJ e CSLL corrente	(298)	(116)
IRPJ e CSLL diferido	(465)	(251)
Total tributos no resultado	(763)	(367)

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

15.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	2023		2022		Categoria	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	3	297	297	29	29	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (operações compromissadas)	3	2.082	2.082	-	-	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	3	21.471	21.471	29.539	29.539	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		2.622	2.622	315	315	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados		2.755	2.755	2.483	2.483	Custo amortizado
Dividendos a receber		-	-	-	-	Custo amortizado
Total		29.227	29.227	32.366	32.366	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	6	5.678	5.678	1.500	1.500	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7	118.063	118.063	102.204	102.204	Custo amortizado
Contas a pagar a partes relacionadas	8	1.777	1.777	2.258	2.258	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		5.535	5.535	4.500	4.500	Custo amortizado
Dividendos a pagar		8.331	8.331	8.413	8.413	Custo amortizado
Total		139.384	139.384	118.875	118.875	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

15.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco de a Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$5.000.000) e até 25% (PL superior a R\$5.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$4.000.000) até 5% (PL superior ou igual a R\$5.000.000 e inferior a R\$8.000.000) de seu PL ou até 7% (PL superior ou igual a R\$ 8.000.000), considerando o total de investimentos do Grupo AES Brasil. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

Contas a receber

As vendas de energia são efetuadas para consumidores livres, por meio de contratos bilaterais. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Empresa possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito: Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a bureaus de crédito, (ii) cálculo do rating de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, rating e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	2.379	29
Investimentos de curto prazo	21.471	29.539
Contas a receber de clientes	2.622	315
Cauções e depósitos vinculados	2.755	2.483
Total	29.227	32.366

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia controla suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	118.063	102.204
Caixa e equivalentes de caixa	(2.379)	(29)
Investimentos de curto prazo	(21.471)	(29.539)
Cauções (garantias de financiamentos)	(2.755)	(2.483)
Divida líquida	91.458	70.153
Patrimônio líquido	129.301	129.823
Divida líquida / Patrimônio líquido	71%	54%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	5.678	-	-	-	-	5.678
Empréstimos e financiamentos	2.743	8.280	23.858	34.454	128.674	198.009
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	1.777	-	-	1.777
Passivo de arrendamento	12	37	55	199	5.323	5.625
Dividendos a pagar	-	8.331	-	-	-	8.331
Total	8.433	16.648	25.690	34.653	133.997	219.420

Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures) com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2023. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da companhia.

(b.4) Riscos de taxas de juros

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2023 é:

	2023	2022
Investimentos de curto prazo	21.471	29.539
Cauções e depósitos vinculados	2.755	2.483
Empréstimos e financiamentos	(118.063)	(102.204)
Contas a pagar partes relacionadas	(1.777)	(2.258)
Total	(95.614)	(72.440)

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção do indexador IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% dos empréstimos e financiamentos.

Investimentos de curto prazo	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,66%	10,22%	12,77%	15,33%
Investimentos de curto prazo	CDI	21.471	1.097	1.645	2.194	2.742	3.292
Impacto no resultado			1.097	1.645	2.194	2.742	3.292
Total da exposição líquida			1.097	1.645	2.194	2.742	3.292

Cauções e depósitos vinculados	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,66%	10,22%	12,77%	15,33%
Cauções e depósitos vinculados	CDI	2.755	218	290	362	435	507
Impacto no resultado			218	290	362	435	507
Total da exposição líquida			218	290	362	435	507

Empréstimos e financiamentos	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,94%	2,91%	3,88%	4,85%	5,82%
BNB	IPCA	(118.063)	(5.495)	(6.670)	(7.844)	(9.022)	(10.197)
Impacto no resultado			(5.495)	(6.670)	(7.844)	(9.022)	(10.197)
Total da exposição líquida			(5.495)	(6.670)	(7.844)	(9.022)	(10.197)

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Tucano Holding III, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil e Grupo Unipar é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

***Constrained-off* de usinas eólicas**

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras.

Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas.

Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto. Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização.

Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de 78 horas anuais de energia restringida. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a. Reconhecimento de restrições energéticas;
- b. Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c. Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*. A CCEE informou que efetuará 12 contabilizações, iniciando em novembro de 2021, sendo que em cada contabilização 3 meses seriam recontabilizados. No entanto, em comunicado de novembro de 2021, a CCEE informou a postergação dos processamentos de energia não fornecida proveniente de *constrained-off* “em decorrência do tempo necessário para validação de parâmetros de entrada com o ONS.

A CCEE publicou em dia 31 de janeiro de 2022 o comunicado CO 069/22, que informa que foram realizadas tratativas das informações sobre os dados de entrada a respeito do *constrained-off* com o ONS, conforme o último comunicado CO 870/21, e foram identificadas inconsistências, as quais foram indicadas para ANEEL junto com a solicitação de ajuste na metodologia de cálculo. Até o momento, a CCEE não se manifestou sobre o cronograma das recontabilizações.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.